



INE 6202 - Informática Médica

EGC 9001 - Informática e Modelagem de Conhecimento
Aplicados à Saúde

Transformando Dados Clínicos em Computador em Documentos Médicos Válidos:

Segurança, Criptografia e Protocolização digital de documentos eletrônicos



Estrutura da apresentação

- 1. Fundamentos
 - Requisitos juridicamente necessários
 - Tripé Tecnológico da Segurança
 - Estudo e implementações
 - Auditoria
 - Sincronização de relógios
- 2. Prática
 - O que é oferecido pelo mercado
- 3. Requisitos
 - FDA e SBIS

MSoftware1 P. tal, etc
; 30/4/2005



Idéia geral

- Avanço da informática: **transações eletrônicas**
 - Papel -> **documentos eletrônicos**
 - Mudança no conceito de documento
- Tecnicamente e juridicamente seguros:
 - Datados e assinados digitalmente
 - Transmitidos de forma segura e com garantia de sigilo de dados sensíveis

MSoftware2 Protocolacao Digital de Doc. Ele.
1. Introducao
; 1/5/2005



Requisitos mínimos juridicamente necessários

- Autenticidade
- Integridade
- Irrefutabilidade
- Tempestividade

- CONSULTORIA JURIDICA
- Artigos
- Como Decidem os Tribunais
- Informações Institucionais
- Legislação de Consulta Freqüente
- Situações da AGU
- Orientações da CONJUR
- Pareceres e Notas
- Pesquisa Jurídica na Internet

A VALIDADE JURÍDICA DOS DOCUMENTOS DIGITAIS

João Agnaldo Donizete Gandini

Juiz de Direito em Ribeirão Preto (SP), mestrando pela Unesp, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Ribeirão Preto

Diana Paola da Silva Salomão

Advogada em Ribeirão Preto (SP)

Cristiane Jacob

Acadêmica de Direito pela Universidade de Ribeirão Preto

Artigo escrito em Mai/2002 e inserido neste site em Nov/2002

Sumário: **1. Introdução. 2. O documento digital. 2.1 Conceito de documento digital. 2.2 Evolução do documento digital. 3. As condições básicas para o alcance da validade jurídica dos documentos digitais. 4. Arquivos digitais como instrumento e meio de prova. 5. As vantagens e desvantagens do uso dos documentos digitais. 6. O tratamento legislativo em outros países. 7. A regulamentação dos documentos digitais no Brasil. 8. Considerações finais.**

1. Introdução

O presente trabalho tem por finalidade analisar a possibilidade de atribuirmos validade jurídica aos documentos digitais.



Autenticidade

- **Autêntico:**

1. Que é do autor a quem se atribui.
2. A que se pode dar fé; fidedigno:
3. Que faz fé:
4. Legalizado, autenticado.
5. Verdadeiro, real:
6. Genuíno legítimo, lídimo:



Integridade

- **Íntegro:**
 1. Inteiro, completo.
 2. Perfeito, exato.
 3. Reto, imparcial, inatacável.





Irrefutabilidade

- Irrefutável

1. Evidente, irrecusável, incontestável.



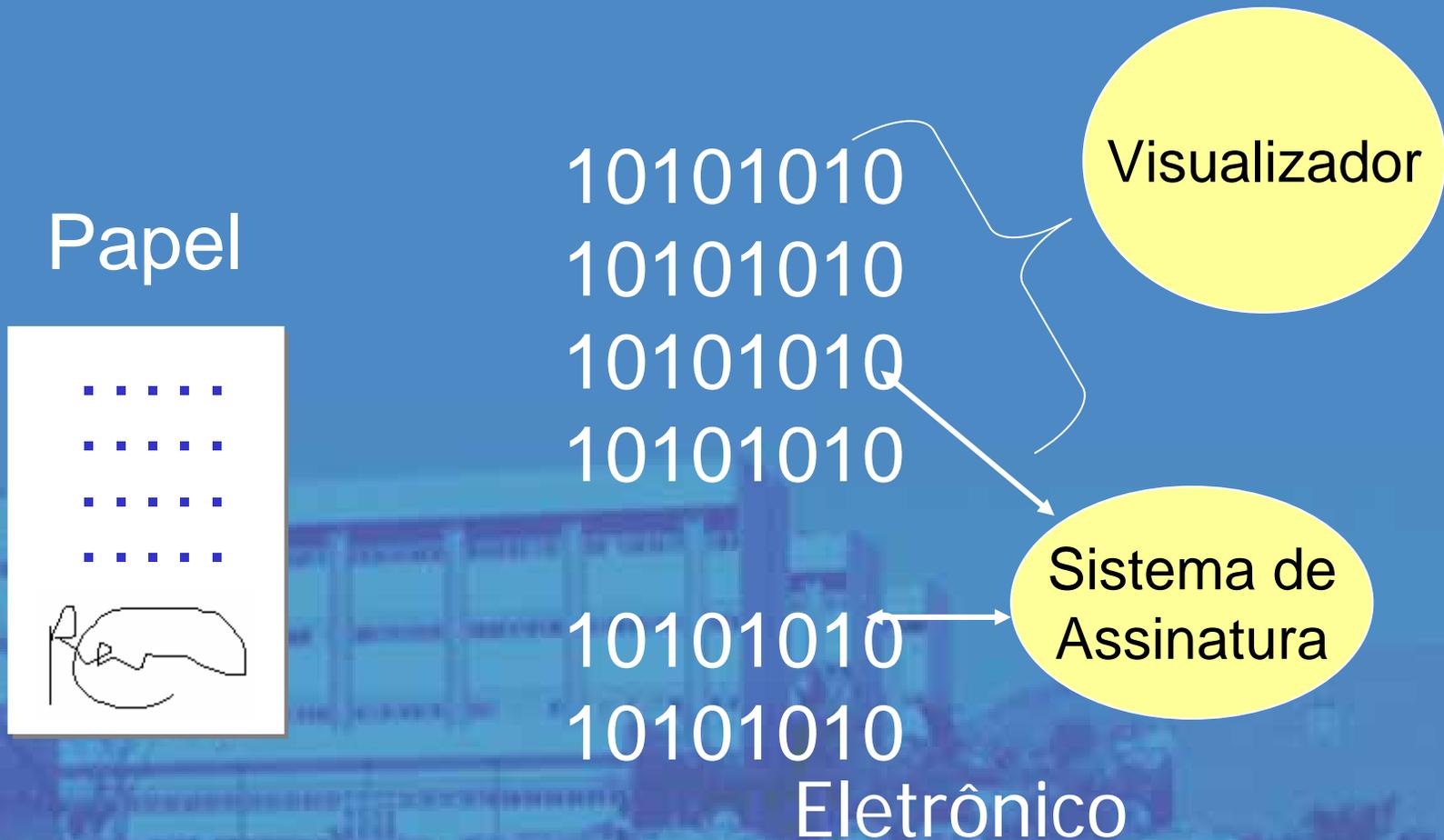


Tempestividade

- *Aurelio*: Que vem ou sucede no tempo devido; oportuno.
- *Houaiss*: oportunidade, no tempo próprio, o que ocorre no momento certo, oportuno no tempo devido
- Possibilidade de comprovar que um evento eletrônico ocorreu em um determinado instante.



Papel x documento eletrônico





Atributos de um documento eletrônico confiável

- **Autenticidade** – Certeza e Formalidade da Autoria
- **Integridade** – Certeza e inalterabilidade do Conteúdo
- **Confidencialidade**
Sigilo } Possibilidade de restringir o acesso ao conteúdo
- **Irretratabilidade**
Irrefutabilidade } Não-repúdio
- **Tempestividade**
Irretroatividade } Certeza e Imparcialidade quanto à:
 - Quando um documento foi criado
 - Relação de precedência



Estrutura da Segurança na Internet

Assinatura
Eletrônica

- **Autenticidade**
--> Assinatura
eletrônica com
chave certificada

Documento
Eletrônico

Protocolação
Digital

- **Integridade**
- **Irretratabilidade**
- **Irrefutabilidade**
- **Tempestividade**
- **Irretroatividade**
--> Protocolação
digital certificada

- **Confidencialidade**
- **Sigilo**
--> Criptografia com
chave certificada

Acesso
Seguro



Outros requisitos

- Autoridade Certificadora
- Plataforma computacional
 - Protocolação
 - Transmissão
 - Assinatura
- Informação temporal

MSoftware3 Protocolacao Digital de Doc. Ele.
1. Introducao
; 1/5/2005



Confidencialidade e Sigilo: Acesso Seguro

- Para que dados/documentos possam trafegar na Internet sem que outro os intercepte e veja seu conteúdo é necessário **esconder** esse conteúdo
 - > **Criptografia**
 - do grego “escrita secreta” - *kryptós gráphein* é a ciência de reescrever um texto de forma a esconder o seu significado



Criptografia

- 2 principais tipos:

- **Código**

- Utiliza substituição de palavras de acordo com um código.

- Ex: general <-> banana,
matar <-> comer,
inimigo <-> macaco

- O macaco comeu a banana = O inimigo matou o general

- **Cifra**

- Utiliza substituição, adição, subtração de símbolos da linguagem de acordo com uma regra

- torna a mensagem ilegível

- Ex.: "língua do Pê"

- pode usar um parâmetro: **chave de encriptação**

Criptografia

- Cifra:
 - importância na criptografia digital
 - grandes quantidades de texto cifrado podem ser geradas automaticamente
 - **algoritmo** (método) + **chave** (parâmetro) geram **mensagem cifrada** (criptografada)
 - vantagem: chave pode ser variada
- 2 tipos:
 - chave simétrica
 - a chave usada para codificar é a mesma para decodificar
 - se eu descobro a chave posso não só conhecer o conteúdo das mensagens como enviar mensagens falsas
 - chave assimétrica
 - a chave para decodificar é **diferente** da usada para codificar

Criptografia de Chave Simétrica

- Usa a mesma chave para cifrar e decifrar.
- Vantagem: Algoritmos simples e rápidos
 - usada desde a antigüidade
 - versão moderna inventada entre 1972-76 nos EUA
 - algoritmo mais conhecido: **Data Encryption Standard (DES)**.
- Desvantagem:
 - de alguma forma os dois lados tem de conhecer a chave
 - **riscos**
 - usava-se carros fortes para transportar envelopes com chaves entre bancos para troca regular das chaves
 - !! se eu conheço a chave posso gerar mensagens falsas



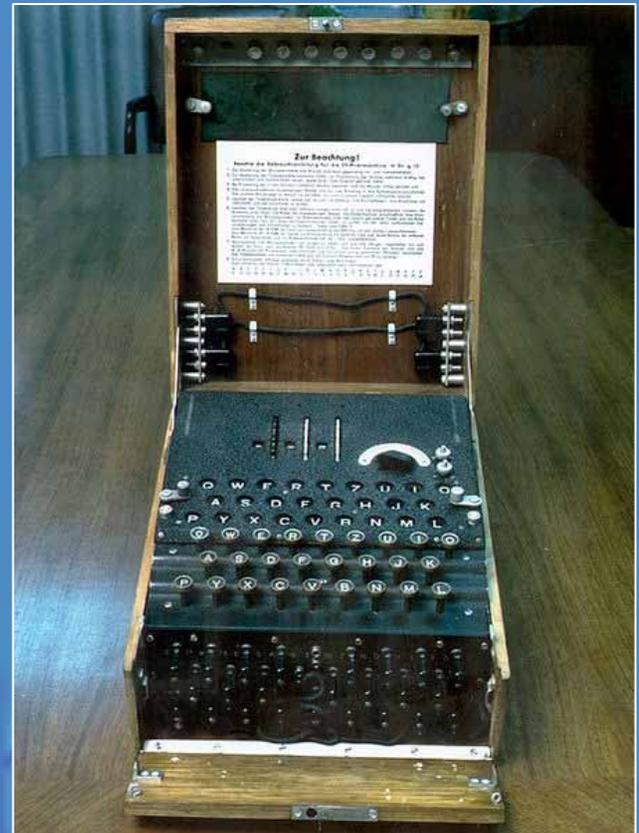
Criptografia de Chave Simétrica



Bastão cifrador Scítala

	H	E	L	P	M	
	E	I	A	M	U	
	N	D	E	R	A	
	T	T	A	C	K	

HELP ME I AM UNDER ATTACK



Máquina Cifradora Enigma



Criptografia de Chave Assimétrica

- A chave usada para decriptar não é a mesma que foi usada para encriptar
- Padrão: métodos de pares de chave pública/privada:
criptografia de chave pública
 - cada participante possui duas chaves: uma **pública** e outra **privada**
 - a pública eu publico para todos terem, a privada é só minha
 - a **chave pública** é resultado de uma **operação matemática** sobre a **chave privada**
 - para mandar uma mensagem para João, eu uso a minha chave privada e a chave pública de João para encriptar uma mensagem para ele
 - João para decriptar a mensagem utiliza a sua chave privada e minha chave pública

Criptografia de Chave Assimétrica: **RSA**

111010111000010101010101010101010....

1 número primo muito grande

+

111010111000010101010101010101010....

outro número primo muito grande

=

111010111000010101010101010101010....
111010111000010101010101010101010....

fazem uma **chave privada**



multiplico esses dois números primos muito grandes entre si:

111010111000010101010101010101010....

X

111010111000010101010101010101010....

obtenho a **chave pública**:

1110101110010001111110101010101101010110101010101110001010101010101010....





Encriptando com Chave Assimétrica: **RSA**

111010111001000111111101010101011010101101010101011100010101010101010101010....

a **chave pública** de João



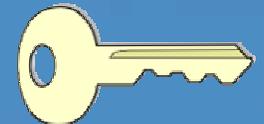
...encripta um documento só para os olhos de João pois....

...João vai usar para decifrar....

111010111000010101010101010101010....

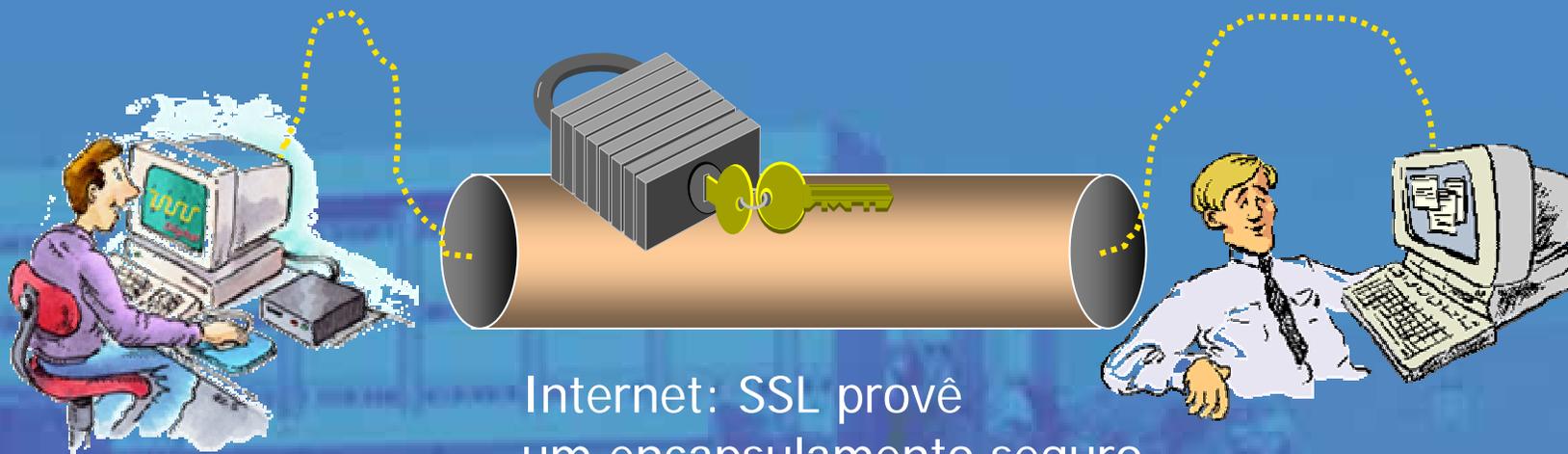
111010111000010101010101010101010....

a **chave privada** dele



Confidencialidade e Sigilo: Acesso Seguro

- Transferência encriptada de dados na Web utiliza o protocolo SSL/TLS - Secure Socket Layer



Internet: SSL provê
um encapsulamento seguro,
único e privado a dois participantes

SSL/TLS

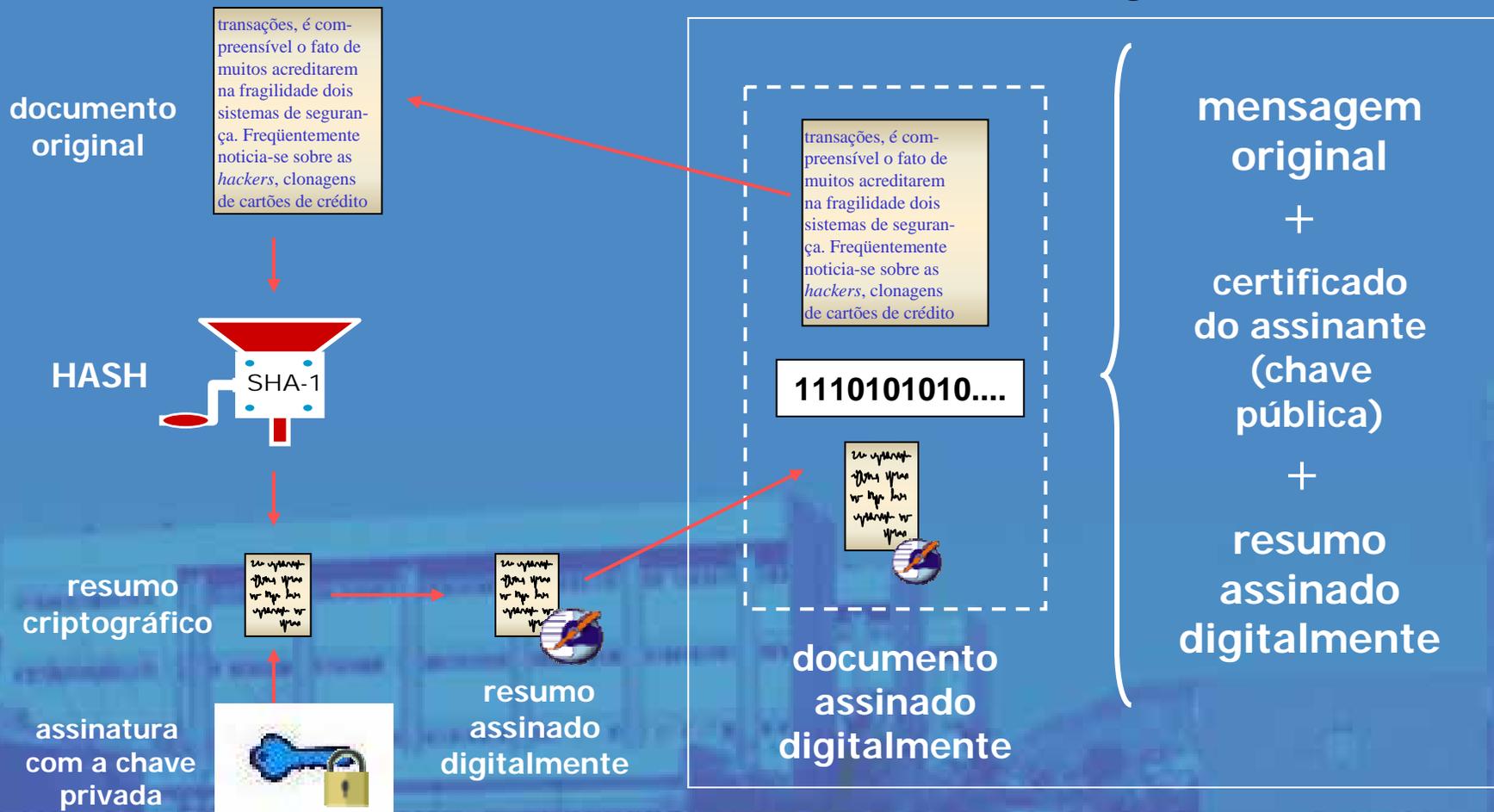
Secure Socket Layer

- SSL envolve 3 fases:
 - 1 Negociação dos algoritmos de encriptação
 - 2 Troca de chaves públicas e verificação de certificação, geração, encriptação e envio da chave simétrica
 - 3 Encriptação do tráfego de dados com chave simétrica
- Cliente e servidor negociam algoritmos:
 - criptografia de chave pública: **RSA**, Diffie-Hellman, DSA ou Fortezza;
 - cifra simétrica: RC2, RC4, **IDEA**, **DES**, **Triple DES** ou AES;
 - funções de hash unidirecionais: **MD5** ou SHA.



Autenticidade = Identidade Digital Comprovada

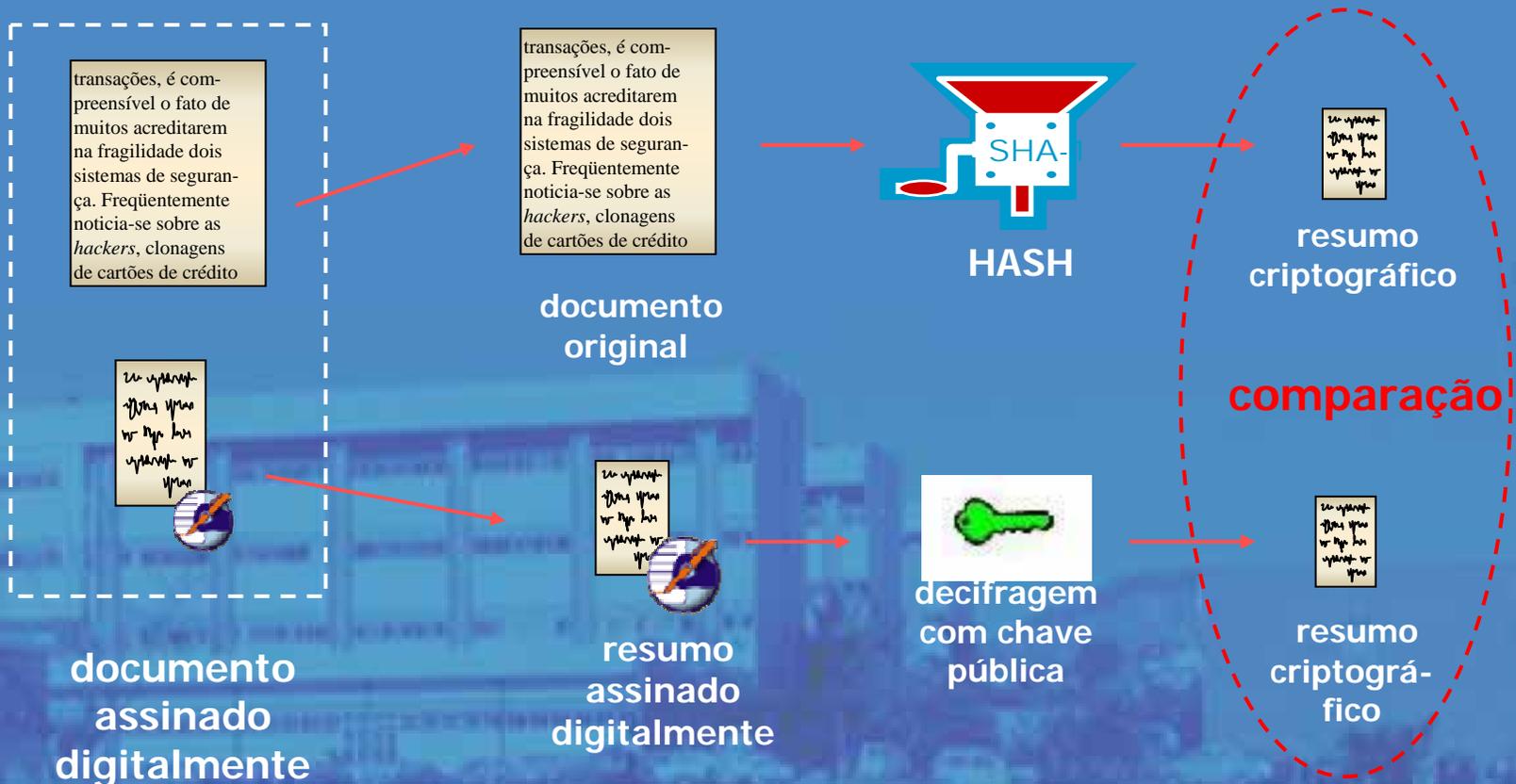
Composição da Assinatura digital





Autenticidade = Identidade Digital Comprovada

Verificando a Assinatura digital





ICP Brasil - Mozilla Firefox

File Edit View Go Bookmarks Tools Help

http://www.icpbrasil.gov.br/

Portal CAPES AltaVista CiteSeer DBLP Webmail INF Filtros SpringerLink CNPq Brasil Telecom

Presidência da República Destaque do governo

ICP Brasil: Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira Terça-feira, 28 de mar

Legislação

Comitê Gestor

Comissão Téc. Executiva

Fale com o ICP Brasil



Instalação do Certificado da AC Raiz da ICP-Brasil

Legislação
Conheça melhor a legislação da ICP-Brasil: Medida Provisória que a instituiu, criação do comitê gestor e outras normas.

O que é o ICP-Brasil

É um conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, a ser implementado pelas organizações governamentais e privadas brasileiras com o objetivo de estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos de um sistema de certificação digital baseado em chave pública.

Certificado da AC Raiz do ICP-Brasil



ITl - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Free menu applets at www.apycom.com



Portal ICP-SC - Mozilla Firefox

File Edit View Go Bookmarks Tools Help

http://www.icp.sc.gov.br/

Portal CAPES AltaVista CiteSeer DBLP Webmail INF Filtros SpringerLink CNPq Brasil Telecom TeleListas

ICP Brasil Portal ICP-SC



CERTIFICAÇÃO DIGITAL



Entidade subordinada ao ICP-Brasil

- Home
- Cursos
- Certificados
- Downloads
- Consultoria
- Endereços

NOTÍCIAS

Governo de Santa Catarina passa a emitir certificados digitais

ASSINATURA DIGITAL



Conheça o software de assinatura digital

PROTOCOLO DIGITAL



Acesse o portal de protocolação digital de documentos eletrônicos

SOLICITE SUA IDENTIDADE DIGITAL



Obtenha aqui sua identidade digital, que é conhecida também como certificado

ARTIGOS



Leia os principais artigos sobre segurança de documentos eletrônicos

O que é ICP?
Aprenda mais sobre a Infra-Estrutura de Chaves Públicas



Certificado Raiz
Faça o download de Instalação do Certificado Raiz ICP



DPC
Conheça a Declaração de Práticas de Certificação



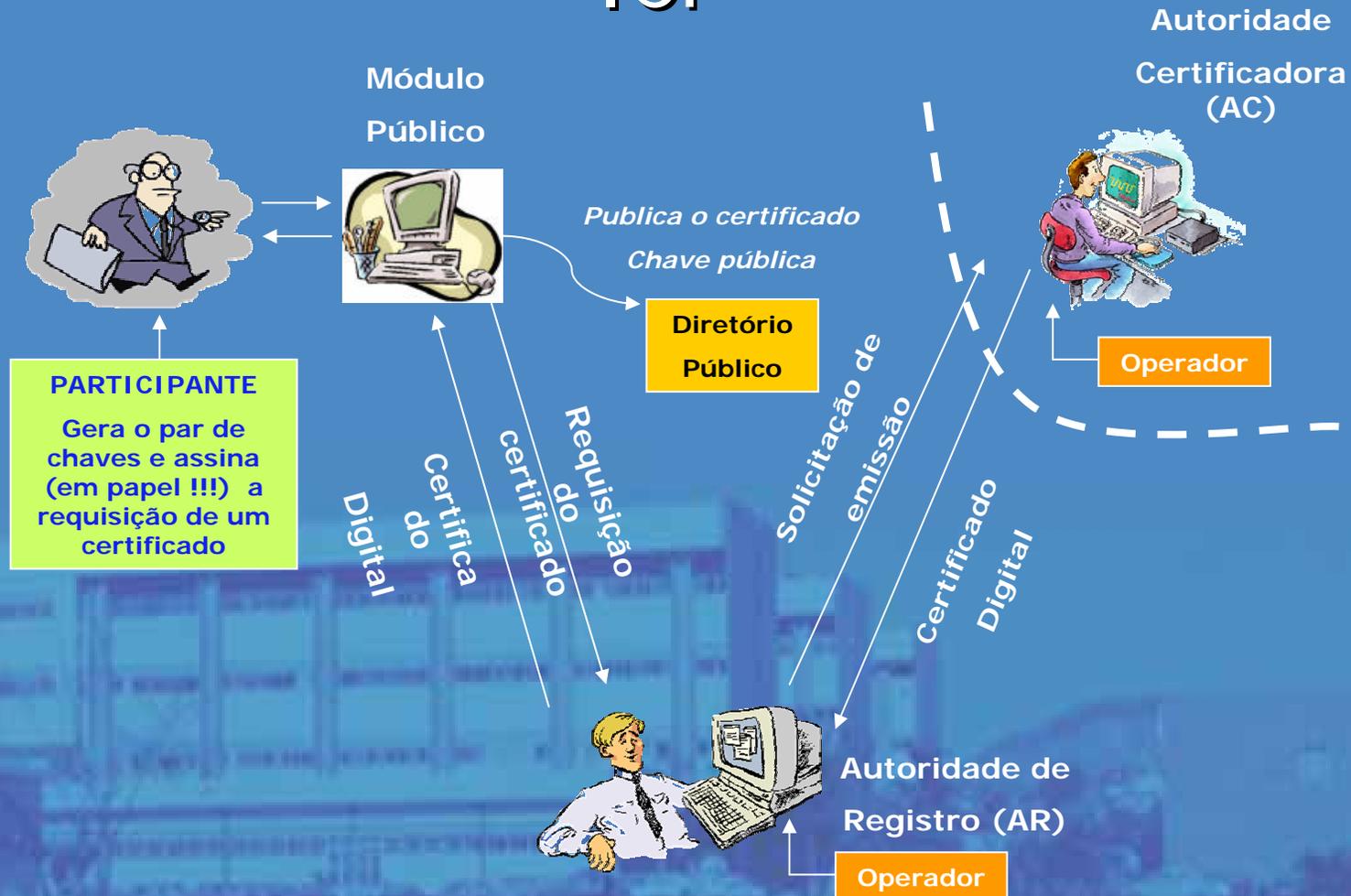
Legislação
Conheça mais sobre a legislação e normas internas



Done

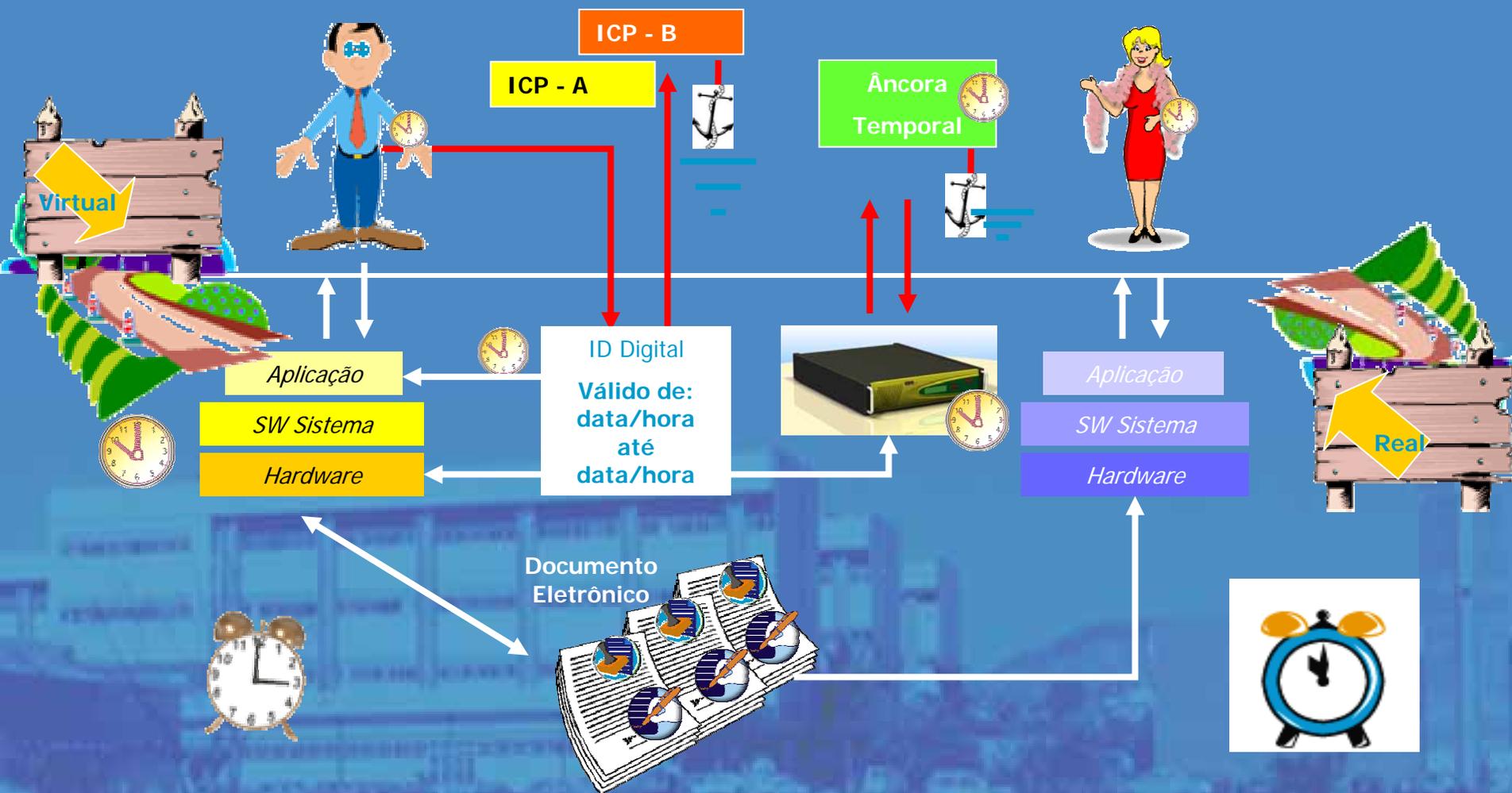


Identidade digital - ICP -





Âncora temporal





Sistema de tempo legal

Relógio
Atômico



Relógio Instituto
Nacional - ON

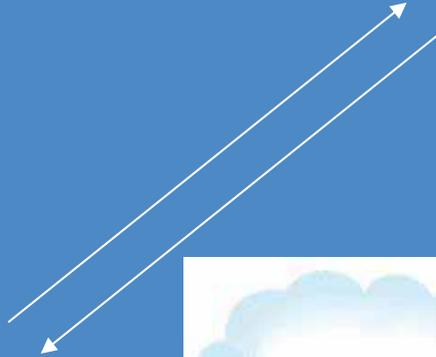


Sistema Servidor
de Tempo

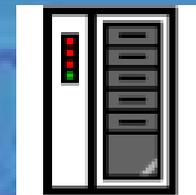


Aplicação de
Controle

- ✓ rastreabilidade
- ✓ auditoria
- ✓ controle



Internet



Servidor de
aplicação





Informação Temporal - Utilidades

- Situações de disputa
 - Comprovar que um documento foi assinado antes da revogação de um certificado digital, ou comprometimento da chave privada
 - Proposta comercial – prazo licitações
 - Patentes e propriedades intelectuais
 - Médica

Datação

- **Observatório Nacional:** há 10 anos -
Autoridade de datação
- 1991 – Encadeamento linear
- 2001 – Protocolo entre cliente e AD
- 2002 – Método da Árvore Sincronizada



PDDE

- Composto por:
 - Plataforma computacional
 - Identidade digital
 - HSM – armazenar chave
 - Software



Datação

- Relógio do PDDE sincronizado com hora legal
- Decreto Lei 4.264 de 10 de junho de 2002
- ON – Observatório Nacional
- Absoluta/Relativa



Datação

- Absoluta: Se baseia na data e hora correntes
- Relativa: Se baseia na ordem em que os documentos são enviados à PDDE
 - Não se sabe em que momento foi protocolado
 - É possível verificar, dados 2 documentos, qual foi protocolado primeiro



Datação

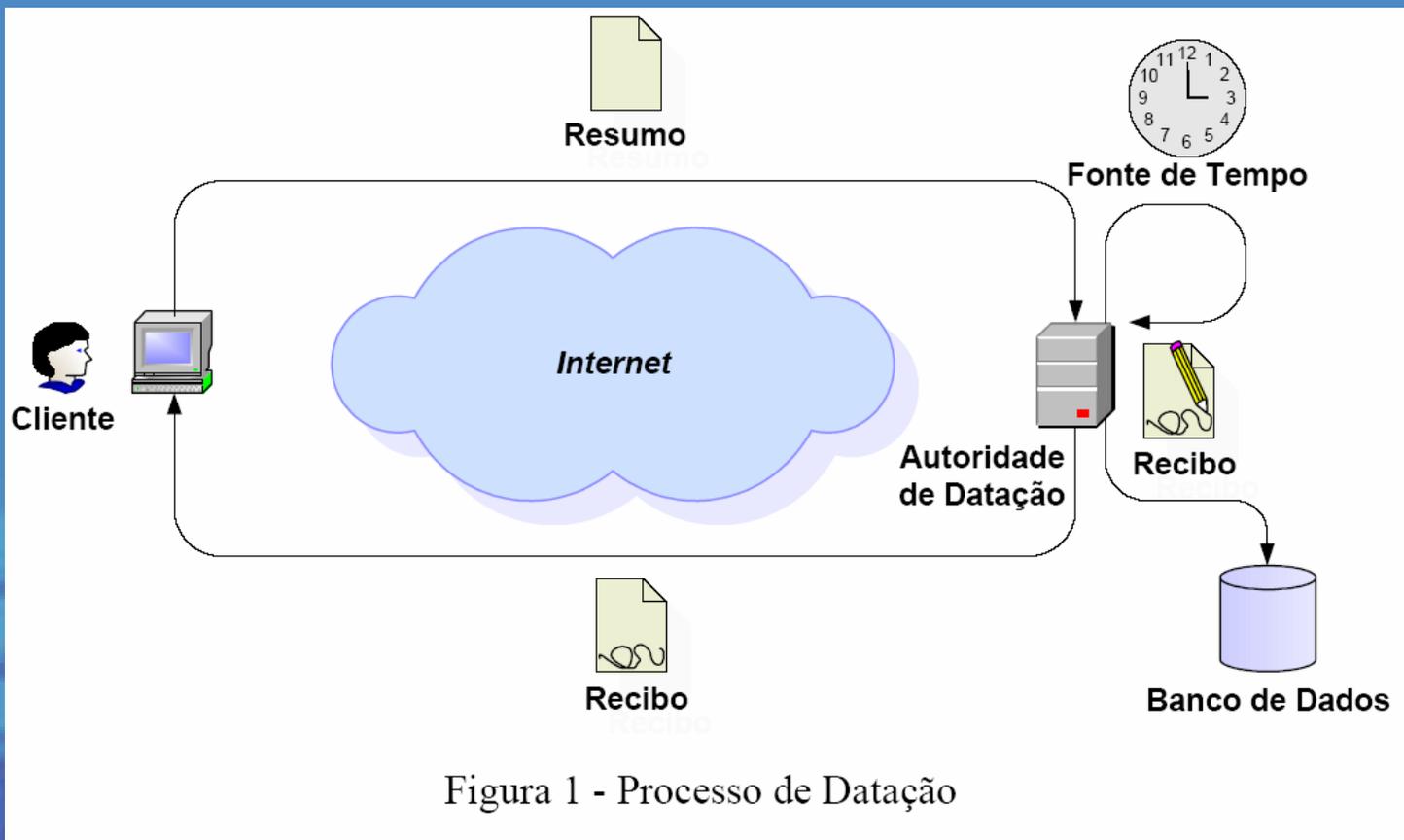


Figura 1 - Processo de Datação



Atende aos requisitos:

- **Privacidade:** Acesso ao resumo do documento, não ao documento original
- **Integridade:** Ao receber o recibo, pode-se verificar a assinatura digital da PDDE e confirmar se recibo foi alterado
- **Irrefutabilidade** – Recibo fornece evidência da existência do documento e de sua protocolação. Cliente não pode negar existência, AD não pode negar ato de protocolação



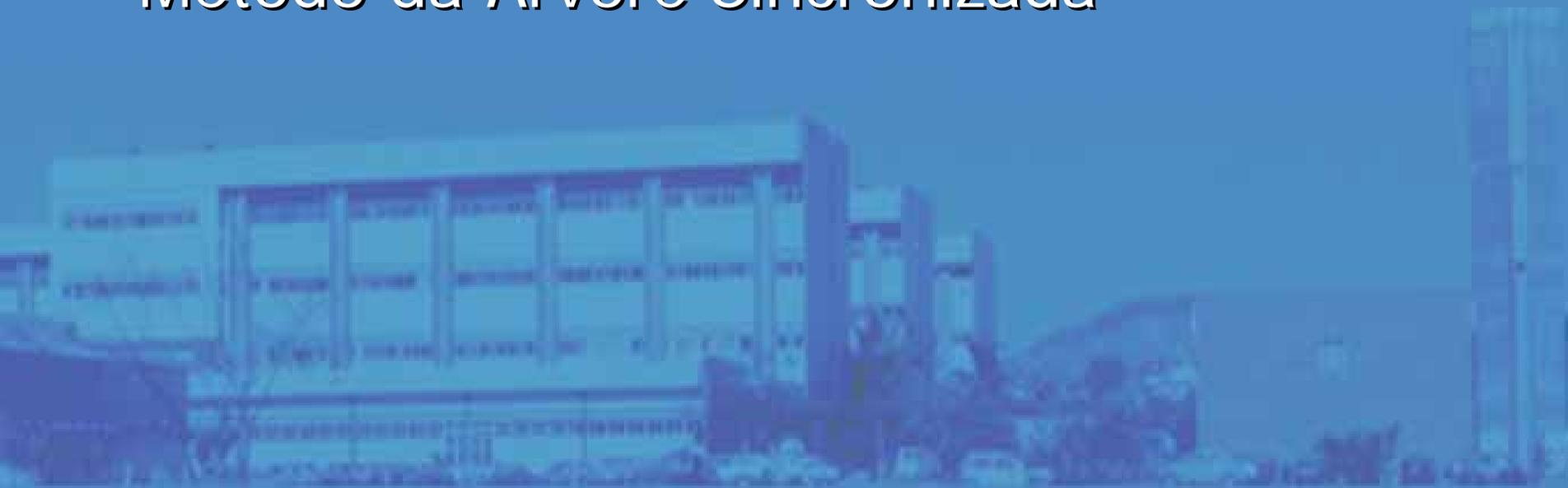
Além destes

- **Confiança** – Equipamento de datação lacrado e com padrões de segurança física e lógica; auditável
- **Facilidade de comunicação e armazenamento** – Só o resumo do documento é utilizado



Métodos de datação

- Método do Encadeamento Linear
- Método da Árvore Sincronizada



MSoftware4 Confiança na tempestividade
Item 3
; 1/5/2005

Encadeamento Linear

- Diminuir a necessidade de se confiar na AD
 - PDDE sincroniza data com AD a intervalos regulares ao invés de a toda protocolação
- Recibos são unidos formando encadeamento
 - Recibo só faz sentido no seu contexto e necessita dele
 - Função de sentido único resistente à colisão, como *Hash*

MSoftware5 Confianca na tempestividade, item 3
; 1/5/2005



Encadeamento Linear

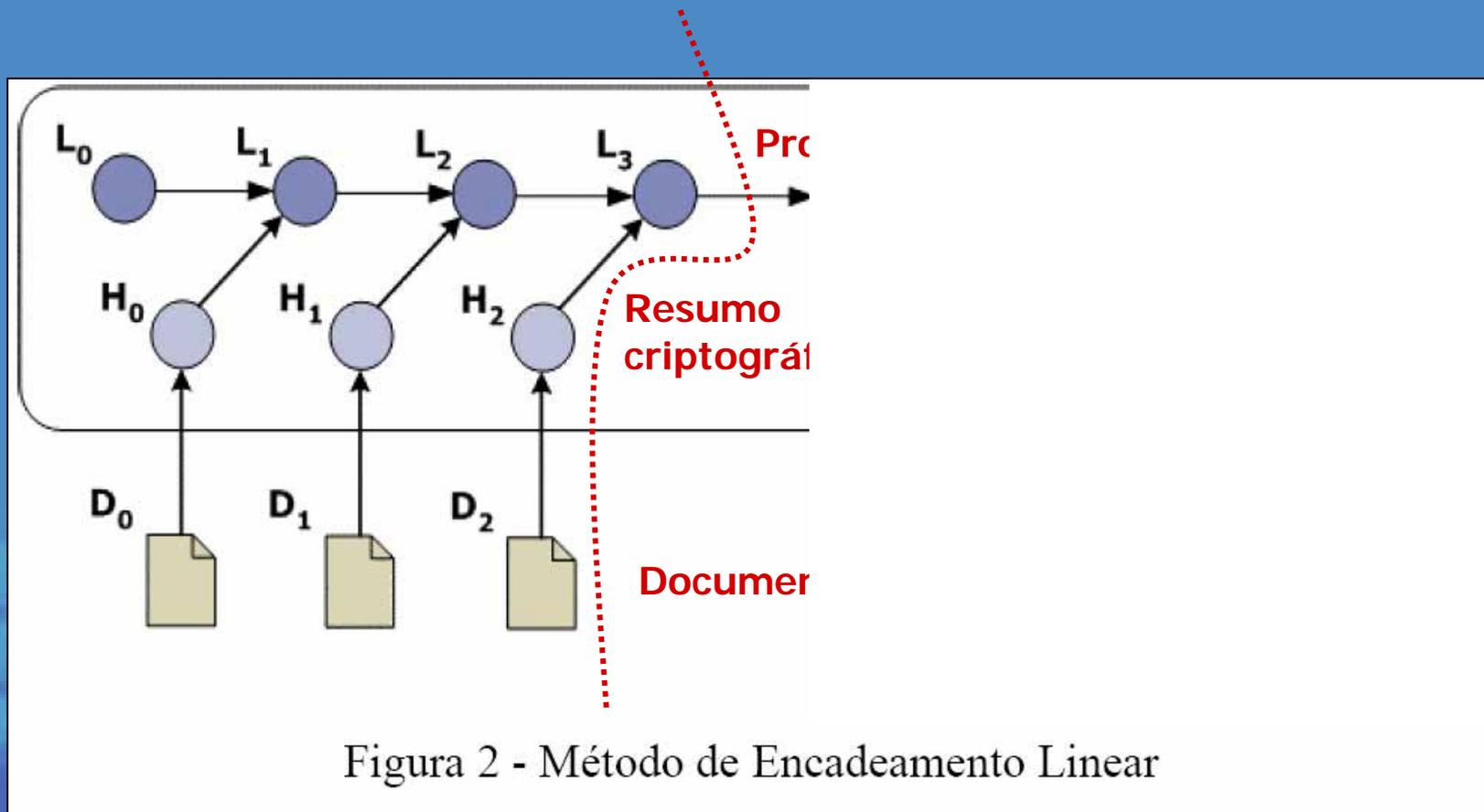


Figura 2 - Método de Encadeamento Linear

Encadeamento Linear

Forma genérica:

$$L_n = (t_{n-1}, ID_{n-1}, H_{n-1}, H(L_{n-1}))$$

t_{n-1} Data/hora documento anterior

ID_{n-1} Identificador do cliente que emitiu resumo anterior

H_{n-1} Resumo documento anterior

$H(L_{n-1})$ resumo do link anterior



Encadeamento Linear

Após cálculo do link, AD gera recibo S_n :

$$s_n = \text{SigAD}(n, t_n, ID_n, H_n, L_n)$$

SigAD(p) – Assinatura digital do Equipamento de
Protocolação para o Protocolo p

Encadeamento Linear

- Resumos dos documentos enviados a clientes ficam ordenados obedecendo a ordem de chegada
- Problemas:
 - Tempo necessário para verificar relacionamento entre dois documentos – diretamente proporcional ao número de resumos
 - Necessário armazenar toda a cadeia

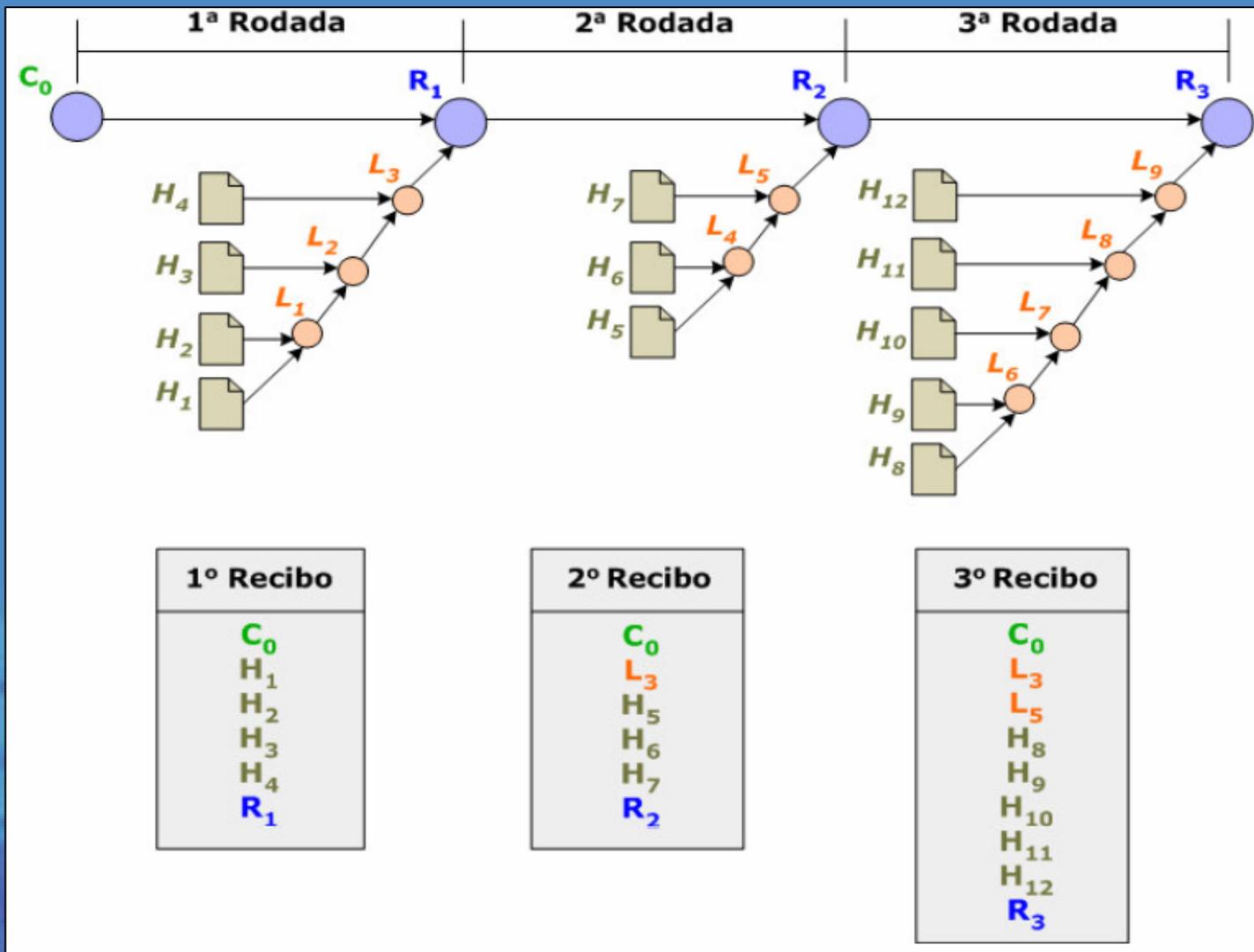


Árvore Sincronizada

- Datação relativa, com encadeamento
- Conceito de saltos para reduzir tempo de comparação da procedência entre dois documentos

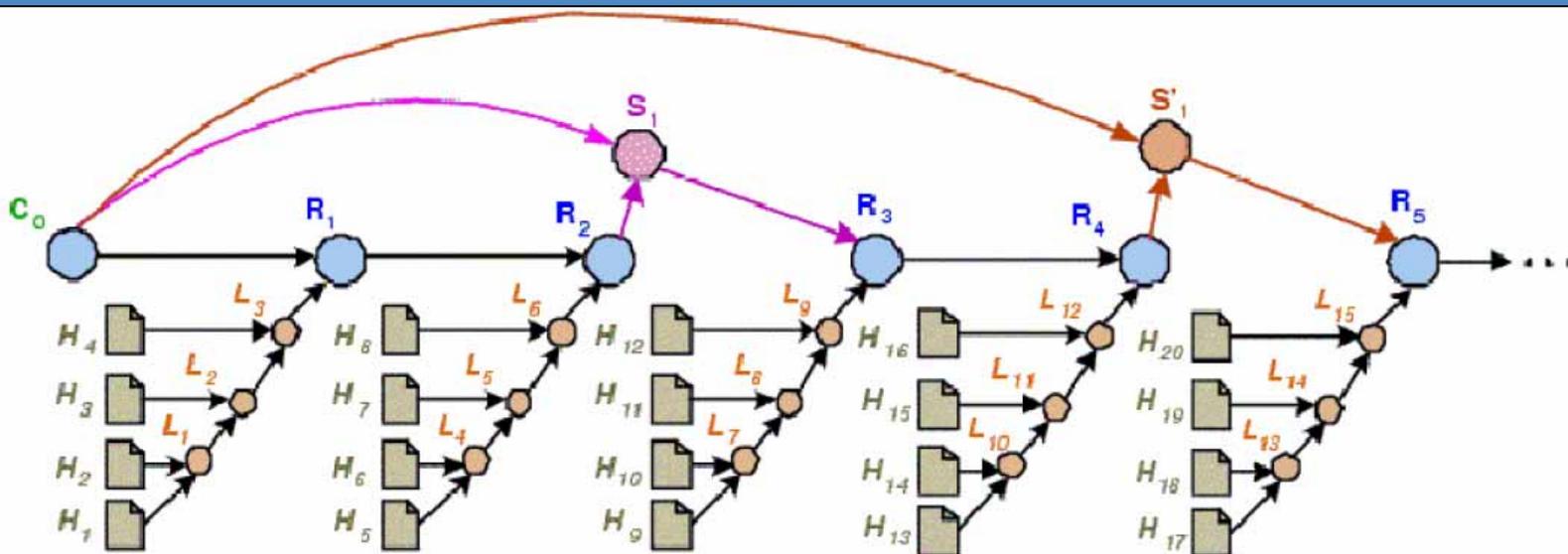


Árvore Sincronizada





Árvore Sincronizada



1º Recibo

AS	Salto
C ₀	C ₀
H ₁	H ₁
H ₂	H ₂
H ₃	H ₃
H ₄	H ₄
R ₁	R ₁

2º Recibo

AS	Salto
C ₀	C ₀
L ₃	L ₃
H ₅	H ₅
H ₆	H ₆
H ₇	H ₇
H ₈	H ₈
R ₂	R ₂

3º Recibo

AS	Salto
C ₀	C ₀
L ₃	R ₂
L ₆	H ₉
H ₉	H ₁₀
H ₁₀	H ₁₁
H ₁₁	H ₁₂
H ₁₂	R ₃

4º Recibo

AS	Salto
C ₀	C ₀
L ₃	R ₂
L ₆	L ₉
L ₉	H ₁₃
H ₁₃	H ₁₄
H ₁₄	H ₁₅
H ₁₅	H ₁₆
H ₁₆	R ₄

5º Recibo

AS	Salto
C ₀	C ₀
L ₃	R ₄
L ₆	H ₁₇
L ₉	H ₁₈
L ₁₂	H ₁₉
H ₁₇	H ₂₀
H ₁₈	R ₅
H ₁₉	
H ₂₀	

Auditoria da protocolação

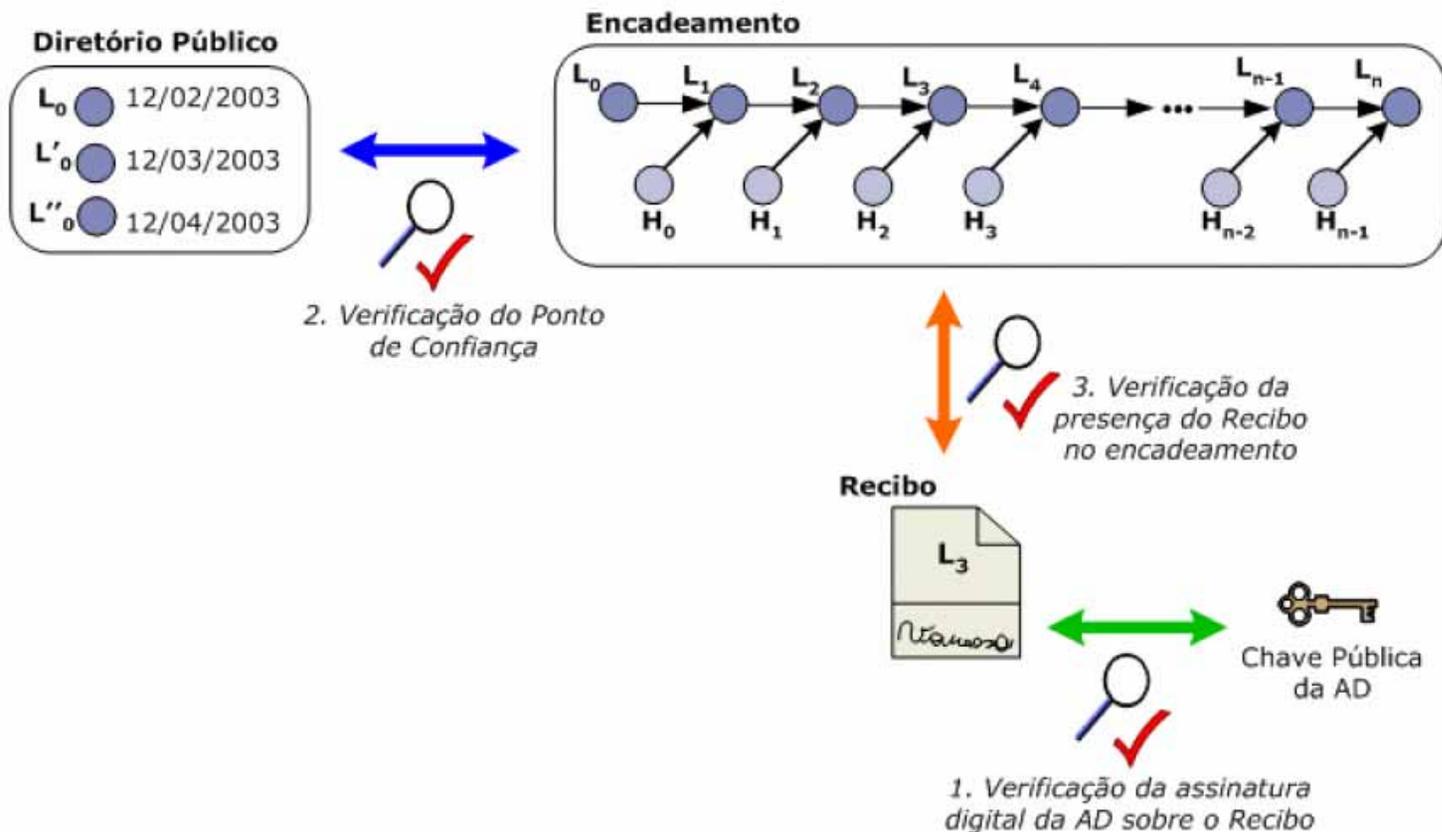


Fig. 5 – Verificação do recibo no Método do Encadeamento Linear

MSoftware6 Confianca item 4
; 2/5/2005

Auditoria da protocolação

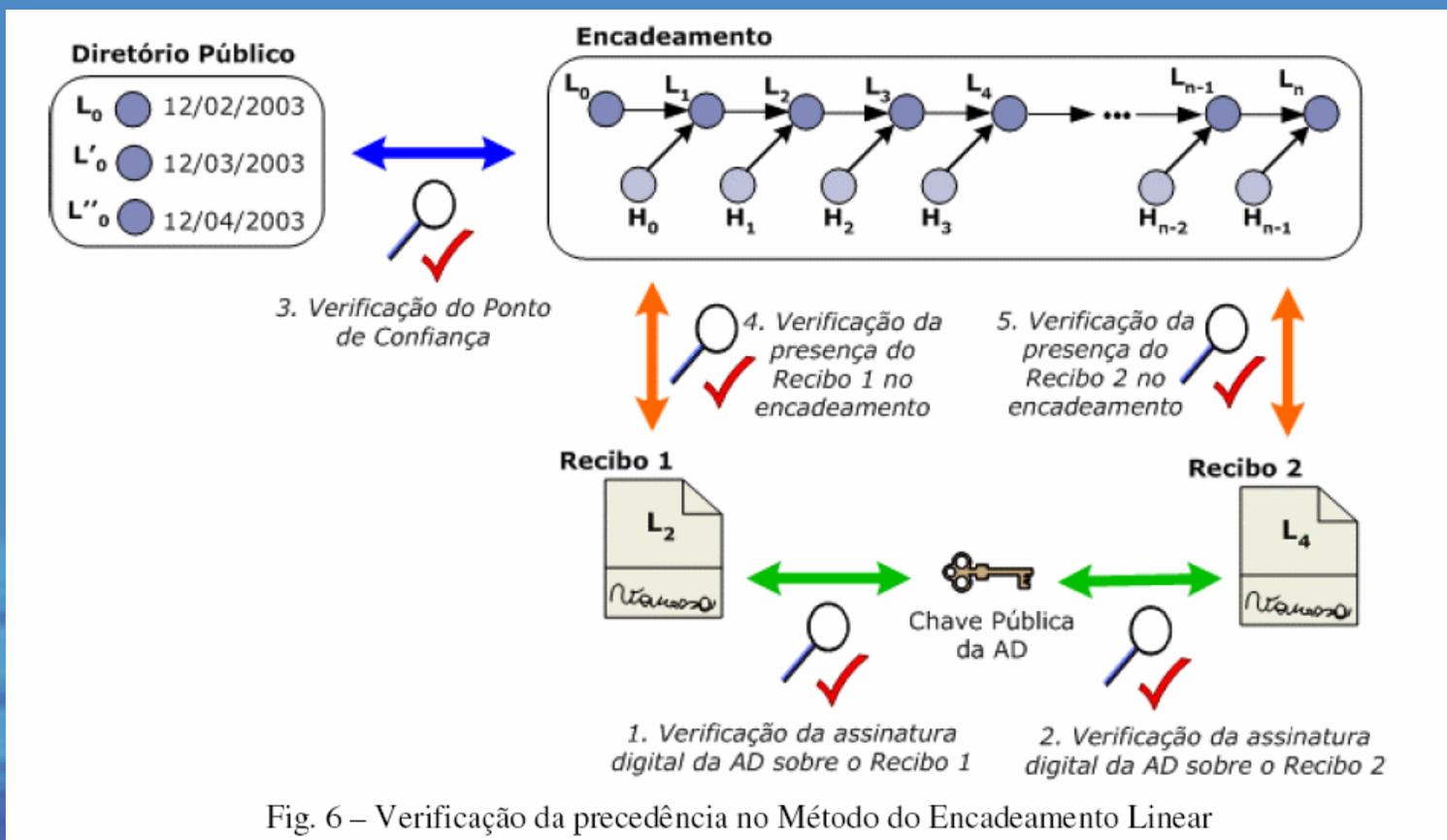
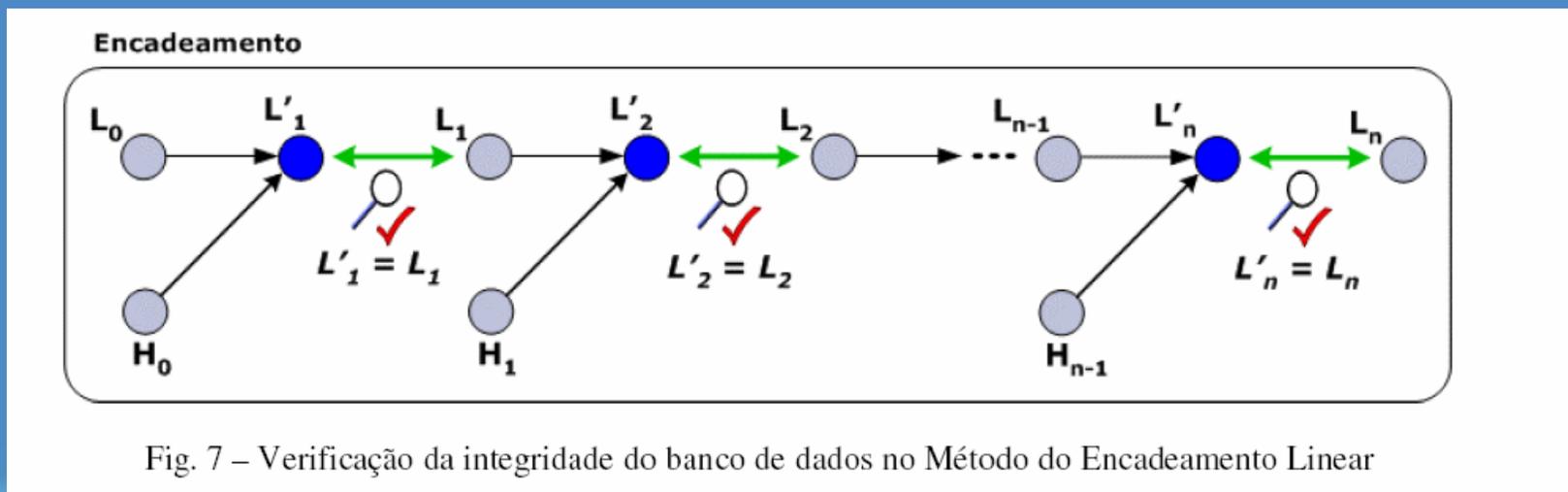


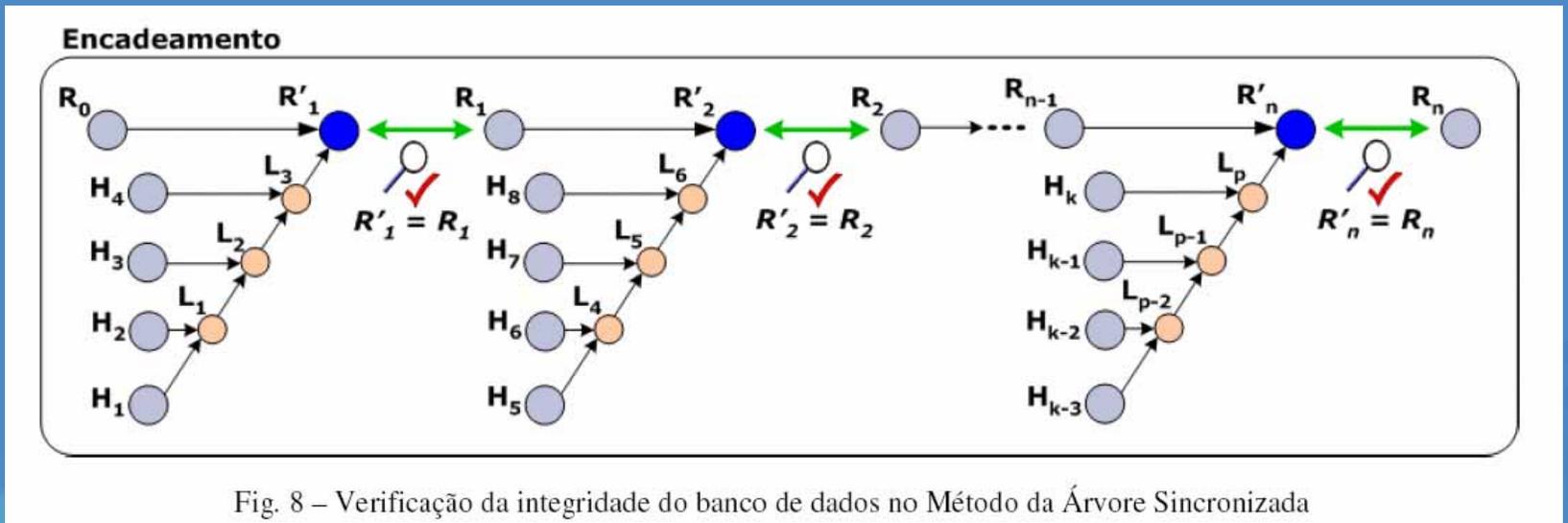
Fig. 6 – Verificação da precedência no Método do Encadeamento Linear



Auditoria



Auditoria





2. Mercado

- Bry
 - www.bry.com.br



[Empresa](#)[Produtos](#)[Serviços](#)[Suporte](#)[Alianças](#)[Downloads](#)[Comprar](#)

Protocolação Digital

[Sobre o serviço](#)[Test-Drive](#)[Adquirindo o Serviço](#) **Loja BRy**[Contato](#) [Notícias](#) [Mapa do site](#) [Acessar sua conta](#) 

:: Test-Drive

A BRy oferece a você a possibilidade de fazer um test-drive no sistema de protocolação digital de forma totalmente gratuita. Essa é uma oportunidade única para você conhecer melhor o serviço e comprovar a facilidade do seu uso.

Antes de acessar o sistema, sugerimos a compreensão do processo de protocolação. [Leia mais aqui.](#)

Selecione a operação desejada:

- ◆ [Protocolar Documento](#)
- ◆ [Verificar Protocolação](#)
- ◆ [Recuperar Documento](#)



NCipher

- pdfProof
 - Assina e emite recibo de tempo
 - Utiliza um único certificado digital
 - Hardware protege as chaves
- DSE 200
 - Hardware de rede e toolkit para desenvolvedores com interfaces para interação com softwares diversos
- TimeSource Master Clock
 - Relógio atômico de rubídio, NTP

<http://www.ncipher.com>



Digital Signature & Time Stamping Solutions

If you don't sign your electronic documents...

- Anyone in an organization can potentially falsify documents
- Time, identity and integrity cannot be proven
- The validity of documents and transactions can be challenged and court cases will be lost
- Executives put themselves in danger of civil and criminal prosecution



In the paper world documents can be notarized, post marked and signed by witnesses to attest to authenticity. In the electronic world, robust safeguards are essential if electronic documents are to be used as evidence for future dispute resolution; as a result digital signatures have emerged as the standard for document security.

A digital signature accomplishes three important things:

- **Who:** It identifies who signed the document by binding the identity contained in a digital certificate to the document
- **What:** It creates a cryptographic 'hash' which mathematically identifies the content of the

ITAL MARIO
to Ernani
So Thiago



Mykotronx

- Cryptocard
 - Cartão PCMCIA
 - Encripta/Decripta
 - Assina
 - Troca de chaves/Hash
 - TimeStamping
 - National Security Agency-certified CAPSTONE RISC-based cryptographic processor
 - Self-contained, tamper-resistant, real-time clock

**MYKOTRONX**
INC. A SAFENET, INC. COMPANY

SOLUTIONS

PRODUCTS

ABOUT MYKOTRONX

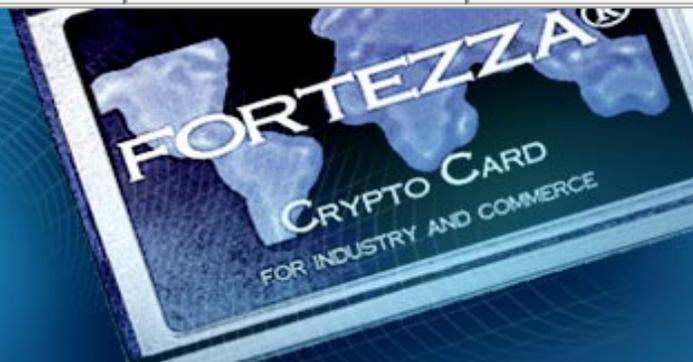
NEWS & EVENTS

INVESTOR INTEREST

CONTACT US

FORTEZZA®

The Next Generation Solution for INFOSEC Applications

[Mykotronx Home](#) : [Products](#) : [Fortezza](#) : FORTEZZA™ CRYPTOCARD**FORTEZZA™ CRYPTOCARD**

FORTEZZA™ CRYPTOCARD

Type 2 Encryption/Decryption, Secure Hash, and Key Exchange

The Mykotronx FORTEZZA™ Cryptocard implements cutting-edge cryptographic security and authentication methods in a PCMCIA hardware token for Government and commercial applications.

Self-contained, standardized, and easily integrated, the Card provides the ultimate in portable security, together with on-board storage of user credentials, keys, and digital certificates.

Fully FORTEZZA™ compliant, the card incorporates the National Security Agency-certified CAPSTONE RISC-based cryptographic processor. It is the hardware crypto token chosen to secure the Defense Messaging System (DMS).

More about FORTEZZA™ Cryptocard

[» Benefits](#)

RELATED LINKS

- [FORTEZZA Data Sheet \(PDF\)](#)
- [Mykotronx Products Overview](#)
- [Mykotronx Solutions](#)
- [Homeland Security Solutions](#)
- [Mykotronx Home Page](#)
- [SafeNet, Inc.](#)



About Authentic Document IDs

What is digital notarization?

Digital notarization is a timestamping service that lets you prove the existence and state of an electronic document at a fixed point in time by creating a digital receipt.

What is a digital fingerprint or hash file?

Often described as a digital fingerprint, a hash is simply a "summary" generated from a digital document using a mathematical rule or algorithm. It is designed so that a small change in the document would produce a big change in the hash. Hashing algorithms are "one-way": you can create a hash from a document, but you cannot recreate the document from a hash. A hash is not an encryption of the document. Most importantly, it's very difficult to find two documents that have the same hash.

The Authentic Document Service uses hash files because a small (but important) change in a document (like changing US\$100,000 to US\$1,000,000) would produce a completely different hash.

What is an Authentic Document ID?

An Authentic Document ID is a Class 3 certificate that allows you to perform digital notarizations, using [VeriSign's Authentic Document Service](#), for the purpose of authenticating documents. VeriSign Authentic Document IDs are used to create and send a signed fingerprint (hash) of the original document to VeriSign's Authentic Document Service (the original document never leaves the requestor's personal computer). Upon receipt, the Authentic Document Service verifies the validity of the signature. After the signature is verified, the signed fingerprint is digitally time-stamped to create a digital receipt, which is delivered to the requestor's personal computer. The signed fingerprint submitted by the requestor is also stored by VeriSign, and can be made accessible to the appropriate parties at a later date for dispute resolution and auditing purposes.



- **Developer Solutions**

- VeriSign Software Development Kits (SDKs) allow software service and application developers and service providers to create custom applications enabled for specific Public Key Infrastructure (PKI) functionality, including digital notarization and document authenticity verification. To learn more about VeriSign SDKs, contact an Internet Sales Representative at (650) 426-5112 or (866) 893-6565 or contact sales.
- **Digital Notarization SDK:** Includes a programmatic interface to digitally notarize and verify content authenticity from within your application. VeriSign authenticates the document by acting as a "third party witness" to the document's state at a particular time. Enables audit trails and digital receipts.
- **Certificate Validation SDK:** Gives software real-time certificate status for any of the 3+million certificates issued by VeriSign. Leverages industry and Internet PKI standards including OCSP and X.500 Certificate Revocation Lists. This is available for a multitude of platforms including Windows.
- **Smart Cards:** Scalable, flexible, and customizable solutions for incorporating certificates into smart cards an efficient, flexible, and portable solution for authenticating identities, encrypting data, and validating transactions

MSOffice8 <http://www.verisign.com/products-services/security-services/code-signing/brew-document-ids/faq.html#01000003>
; 4/5/2005



- Adaptador PCI
- Auditável, compatível com Microsoft Crypto API e JAVA JCA/JCE
- Several tamper detection mechanisms
- On board Real Time Clock
- Hardware based true random number generator with ANSI X9.31 whitener
- Smart card based authentication and secure key export/ import
- **TimeCertain's Chronologics® TimeServer** – Aliança da TimeCertain com a eracom - Servidor para Linux que utiliza o hardware e o relógio deste para fazer TimeStamps

<http://www.eracom-tech.com/products/ps0/ps0.htm>

*protect the future***Transaction Security****Hardware Security Modules**[ProtectHost Orange](#)[ProtectHost White](#)[ProtectServer Orange External](#)[ProtectServer Orange](#)[ProtectServer Blue](#)**Cryptographic APIs**[ProtectToolkit C](#)[ProtectToolkit J](#)[ProtectToolkit M](#)[ProtectToolkit ESA](#)[ProtectToolkit RSA](#)[ProtectProcessing](#)[Mark II](#)**Privacy of Information**[ProtectFile Business](#)[ProtectFile Premium](#)[ProtectDrive](#)[ProtectPack](#)**Hardware Security Module - HSM****ProtectServer Orange™**

Public Key Infrastructures (PKI) enable trust between people and organizations trading electronically.

Eracom's hardware security module, ProtectServer Orange intelligent FIPS 140-1 Level 3 certified cryptographic PCI adapter is designed to enable that trust.

Comprising a new generation PCI Bus adapter and open standard software APIs,

ProtectServer Orange™ is intended for use where physical and logical protection against malicious access to cryptographic keys is required.



Designed for

Microsoft®
Windows
Server 2003

ProtectServer Orange is an Eracom Hardware Security Module (HSM) that combines security and speed in an all-in-one product with key storage and cryptographic operations performed within the device's certified FIPS 140-1 level 3 perimeter. Protectserver Orange is supported by most popular server platforms, while other unsupported platforms can utilize remote client/server products.

Existing applications relying on PKCS#11, Java JCA/JCE and Microsoft Crypto API interfaces can utilize ProtectServer Orange hardware based security and performance transparently. All accesses to the device are subject to control and audit with only authorized users or applications permitted access to Protectserver Orange controlled resources and facilities. All accesses - successful or not - can be recorded in an audit log.



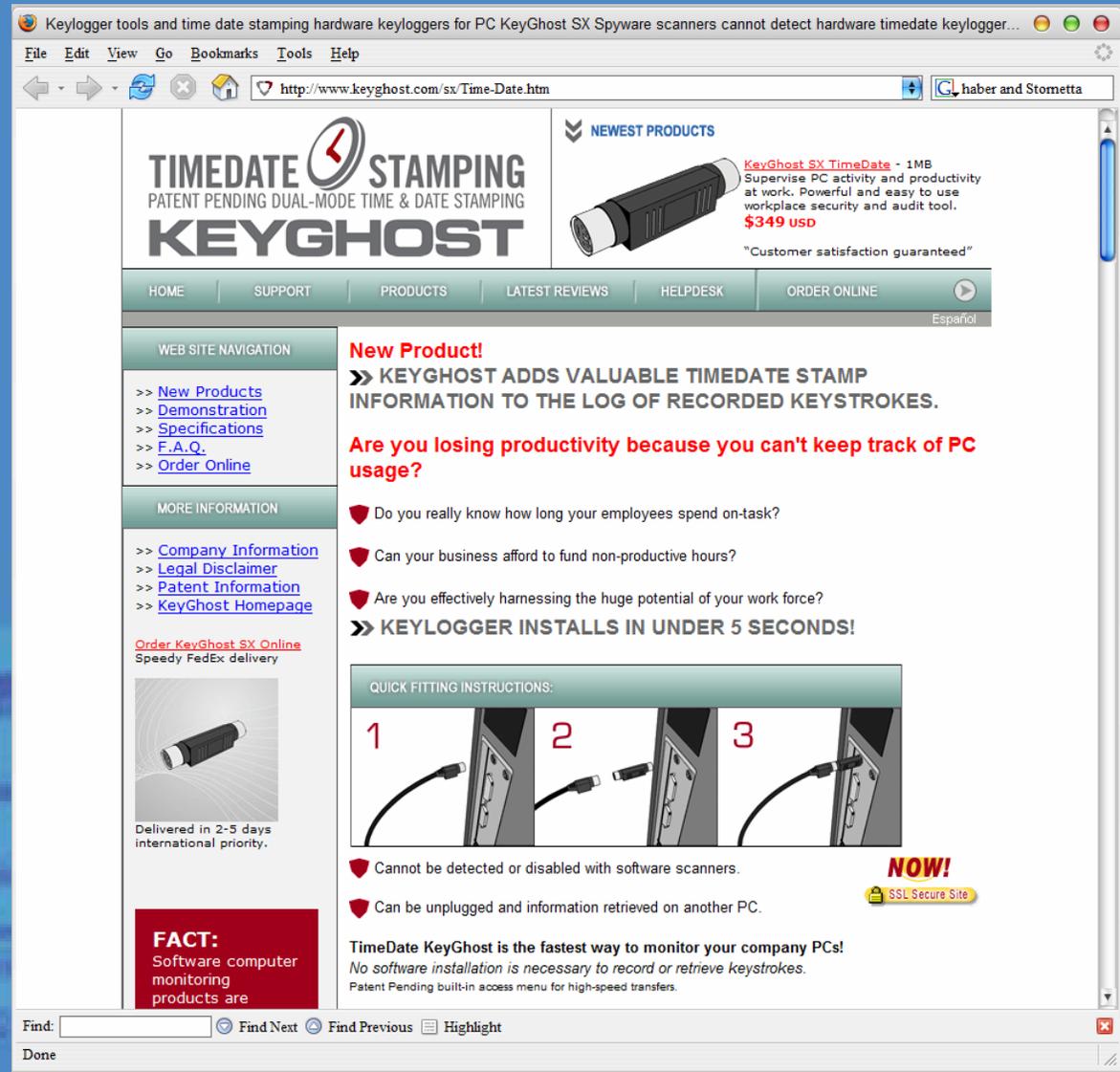
Designed for

Microsoft®
Windows®XP

Several tamper detection mechanisms are provided and activation of one or more of these will erase the secure memory. With 1Mb of key storage, Protectserver Orange is suited for applications where a large amount of keying and

Curiosidade: KeyGhost

- Keylogger para interface de teclado PS/2
- Guarda seqüência de teclas e momento no tempo de cada apertar de tecla



The screenshot shows the website for KeyGhost, a hardware keylogger. The page features a navigation menu with options like HOME, SUPPORT, PRODUCTS, LATEST REVIEWS, HELPDESK, and ORDER ONLINE. A sidebar on the left provides 'WEB SITE NAVIGATION' with links to New Products, Demonstration, Specifications, F.A.Q., and Order Online. Below this is 'MORE INFORMATION' with links to Company Information, Legal Disclaimer, Patent Information, and KeyGhost Homepage. A red 'FACT:' box states that software computer monitoring products are not detectable or disabled with software scanners and can be unplugged for information retrieval. The main content area highlights a 'New Product!' announcement: 'KEYGHOST ADDS VALUABLE TIMEDATE STAMP INFORMATION TO THE LOG OF RECORDED KEYSTROKES.' It asks if the user is losing productivity and offers a solution: 'KEYLOGGER INSTALLS IN UNDER 5 SECONDS!'. A 'QUICK FITTING INSTRUCTIONS' section shows three steps: 1. Inserting the device into a PS/2 port, 2. Connecting a USB cable, and 3. Plugging the device into another PS/2 port. A 'NOW!' badge indicates an SSL Secure Site. The footer includes a search bar and navigation buttons like 'Find Next' and 'Find Previous'.



3. Legislação

SBIS - Sociedade Brasileira de Informática em Saúde

- Manual de Requisitos de Segurança, Conteúdo e Funcionalidades para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (RES)



SBIS

- CFM recebe uma série de solicitação de pareceres a respeito da legalidade da utilização de sistemas informatizados para capturar, armazenar, manusear e transmitir dados do atendimento em saúde
- Substituição do papel pelo formato eletrônico



SBIS

- CFM
- Sociedade Brasileira de Informática em Saúde
- ASSESPRO
- Ministério da Saúde
- AMB
- CONASS
- CONASEMS
- ANVISA
- ANS
- FBH
- CONARQ
- ABRAHUE



SBIS

- Complexidade do tema
- Separar certificação do
 - Produto de software
 - Processo de uso



SBIS

- Certificação em três etapas
 - Produto de software – Etapas 1 e 2, com SBIS e CFM
 - Processo de uso do sistema informatizado – Todas as instituições



SBIS

- Requisitos de segurança, conteúdo e funcionalidades que um RES deve atender para estar em conformidade com as
- Resoluções do CFM Nos. 1638 e 1639





CFM - Res.1638

- O que é prontuário médico
- Quem é responsável pelo prontuário
- Itens que devem constar obrigatoriamente



MSoftware7 Item 2.1 Pagina 11 SBIS
; 3/5/2005



CFM - Res.1639

- Aprova as “Normas Técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e o Manuseio do Prontuário Médico”, possibilitando a elaboração e o arquivamento do prontuário em meio eletrônico



SBIS

- Prazos
 - Mínimo de 20 anos, a partir do último registro, para preservação dos prontuário em suporte papel
 - Autoriza, em caso de microfilmagem, eliminação do suporte de papel (Lei n. 5.433/68 e Decreto n. 1.799/96) (após análise pela comissão)
 - Autoriza, em caso de digitalização, a eliminação do suporte em papel, desde que obedeça à norma específica de digitalização



SBIS

- Comitê ISO 215: Registro Eletrônico em Saúde

Padronização na área de informação em saúde e tecnologia da informação com o objetivo de atingir a compatibilidade e a interoperabilidade entre sistemas independentes. Garantir a compatibilidade de dados para fins de análise estatística, reduzindo redundâncias e a duplicação de esforços.

SBIS

- 23 países membros
- 14 países na categoria "O"
- Só países membros têm direito a voto
- Brasil é... Bom, um caso à parte



SBIS

- Organizado em grupos de trabalho:
 - I: Registro de Saúde e Modelagem
 - II: Mensagens e Comunicação
 - III: Representação de conceitos em Saúde
 - IV: Segurança

ISO TC 215 Working Group 4 Health Informatics - Security

Scope

Meeting Dates

Documents

Current Work Items

Contact Details

Current Work Items

1. Discussion on the received comments on the CD on Data protection (Ray Rogers).
2. Discussion on "Security requirements for archiving and backup - Archiving of health records (TS)" (Pekka Ruotsalainen)
3. Discussion on "Directory services for communications and identification of professional and patient (TS)" (Lori Reed Forquet)
4. Discussion on preliminary work items.
"Framework for health information security" (Ted Cooper)
"Privilege management and access control" (Bernd Blobel)
5. Other issues
"Security requirements for archiving and backup - Guidelines for backup" (Ernst Leitgeb)

Related Links

Public Key Certification Infrastructure

Australia

The Australian Government's public key authentication framework project from Project Gatekeeper :

<http://www.gpka.gov.au/information-sheets/execsum/execsum.htm>

A more complete description of the initiative

<http://www.gpka.gov.au>

"Strategies for the Implementation of a Public Key Authentication Framework (PKAF) in Australia - SAA MP75-1996"

<http://www.acs.org.au/president/1996/epubs/pkaf.htm>



SBIS

- Documentos do grupo 1 – Base para certificação de software da SBIS
 - ISSO/PRF TS 18308 – Health Informatics – Requirements for na electronic health record architecture (Final Draft)
 - ISO/TC 215 Technical Report – Electronic Health Record Definition, Scope and Context. Second Draft



SBIS

- RES

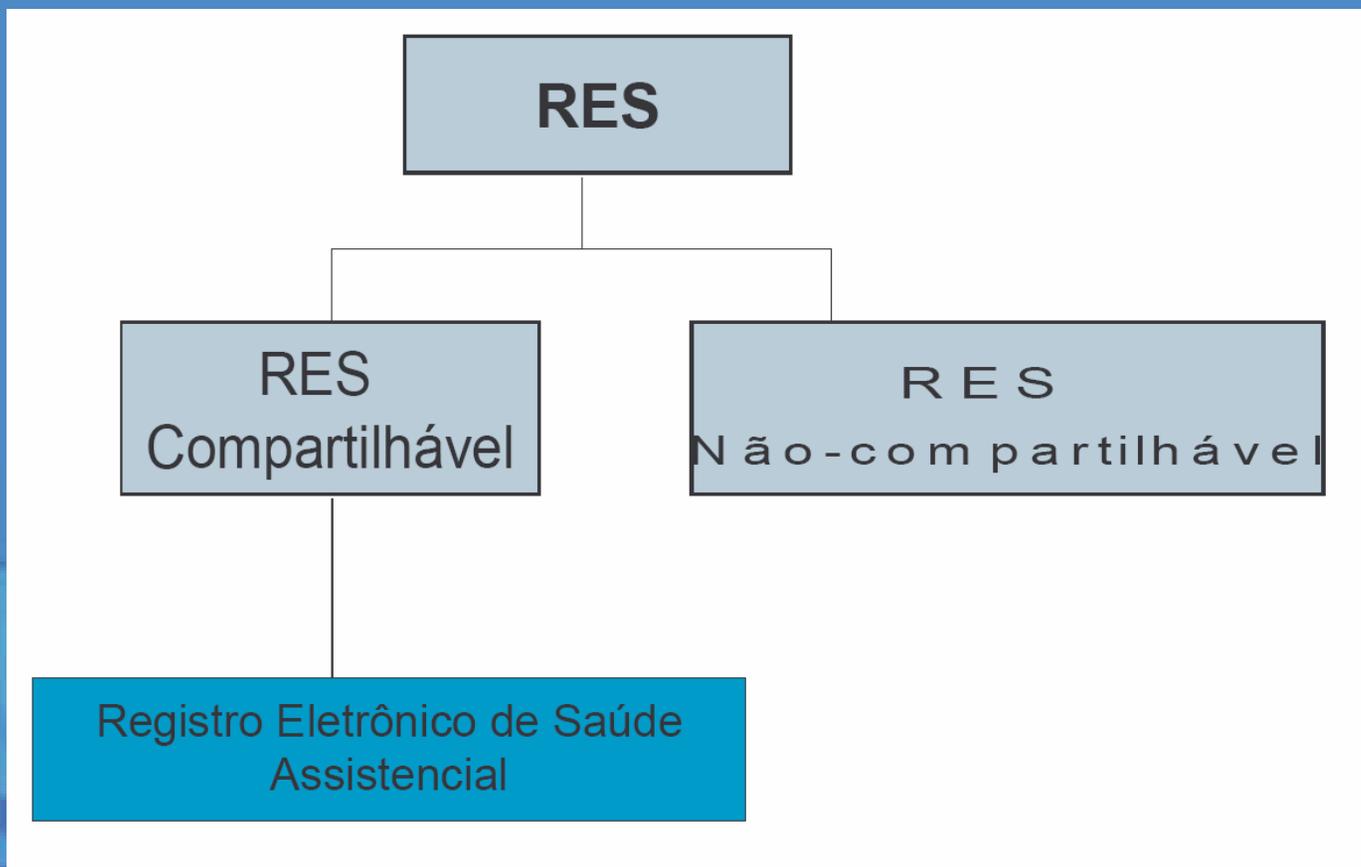
Institute of Medicine: "Prontuário Eletrônico do Paciente é um registro eletrônico de dados do paciente armazenado num sistema capaz oferecer aos usuários a disponibilização de dados confiáveis e recursos como lembretes e alertas, sistemas de apoio à decisão, links para bases de conhecimento médico e outros."

Computer-based Patient Record Institute: "Um registro computadorizado de paciente é uma informação mantida eletronicamente sobre o status e cuidados de saúde de um indivíduo durante toda a sua vida."

Murphy, Hanken e Waters, 1999: "Um registro eletrônico de saúde é qualquer informação relacionada com o passado, presente ou futuro da saúde física e mental, ou condição de um indivíduo, que reside num sistema eletrônico usado para capturar, transmitir, receber, armazenar, disponibilizar, ligar e manipular dados multimídia com o propósito primário de um serviço de saúde."



SBIS





SBIS

- Definições
 - **RES** - *Repositório de informação a respeito da saúde de um ou mais indivíduos numa forma processável eletronicamente*
 - **RES Compartilhável** – *um RES com um modelo padronizado de informação, independente do sistema de RES e passível de acesso por vários usuários autorizados utilizando diferentes aplicações.*
 - *Idéia é apoiar o processo assistencial*



SBIS

- **RES Assistencial**

um repositório de informação a respeito da saúde de um ou mais indivíduos em forma processável por computador, armazenada e transmitida de forma segura e passível de acesso por vários usuários autorizados em diferentes aplicações. O RES-A possui um modelo padronizado de informação, independente do sistema de RES. O objetivo principal do RES-A é apoiar a continuidade, eficiência e qualidade da assistência integrada. O seu conteúdo de informação é retrospectivo, atual e prospectivo.

Idéia é que existam vários RES-A, com conjuntos de dados específicos para cada contexto em saúde. Por exemplo:

- RES-A para acompanhamento da assistência pré-natal
- Doenças crônicas



SBIS

- Normas para requisitos de segurança, baseadas
 - NBR ISO 17799
 - ISO 15408



SBIS

- ICP-Brasil – Infra estrutura de chaves públicas brasileira
- MP N. 2.200-2, 24 agosto 2001, regulamentação da assinatura digital no Brasil



SBIS

- Alguns trechos:

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiras em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.



SBIS

- Escopo da certificação
 - Categoria Assistencial
 - Categoria SADT
 - Categoria Gestão
- *“Propositalmente as definições são amplas e abrangentes, para que qualquer sistema que capture, armazene, apresente, transmita ou imprima informação identificada em saúde poderá se submeter ao processo de certificação”*



SBIS

- Processo é voluntário
- Dividido em fases
 - Fase I: Declaração de conformidade
 - Fase II: Selo SBIS/CFM
 - Fase III: Certificação de RES
- No momento, I e II – Produto
- III: Ministério da Saúde e ANVISA



SBIS

- Fase I – Declaração de conformidade
 - Segurança, conteúdo e funcionalidades em conformidade com o documento
 - “Modelo de Declaração de Conformidade”





SBIS

- Fase II – Selo SBIS/CFM
 - Produto de software será auditado
 - Voluntária
 - Dois auditores, etc.





SBIS

- Fase III – Certificação de PEP
 - Modelo mais amplo, permite que façam pleno uso do RES e possam abandonar o prontuário em papel com segurança
 - Idéia é adotar metodologia no estilo da ONA, envolvendo todas as entidades
 - Legislação a ser legitimada, discutida com Ministério da Saúde, etc. Previsão para o fim de 2005



SBIS

- Níveis
 - NGS1 – Sistemas de registro eletrônico com assinatura manual (SRESAM)
 - NGS2 – Sistemas de registro eletrônico com assinatura digital (SRESAD)
 - NGS1 jamais autorizados a abandonarem papel, conforme resolução CFM e legislação
 - Em princípio autorizados a substituírem o papel



SBIS

- Critérios de avaliação que garantem nível de segurança.
- A total aderência é indispensável e imprescindível para conclusão do processo de certificação



SBIS

5. Requisitos de Segurança para Sistemas de RES	31
5.1. Requisitos de segurança aplicados ao Nível de Garantia de Segurança 1 (NGS-1).....	31
5.1.1. Requisito RSEGM1: Controle de versão do software	31
5.1.2. Requisito RSEGM2: Autenticação e Controle de acesso	31
5.1.3. Requisito RSEGM3: Controle de fluxo da informação e integridade de dados para sistemas isolados	32
5.1.4. Requisito RSEGM4 Controle de fluxo da informação e integridade de dados para sistemas baseados em arquitetura cliente-servidor ou arquitetura WEB	32
5.1.5. Requisito RSEGM5 Controle de Sigilo e Integridade	32
5.1.6. Requisito RSEGM6 Cópias de Segurança e Restauração de dados	33
5.1.7. Requisito RSEGM7 Canais seguros de comunicação para sistemas de RES baseados em arquitetura cliente-servidor ou implementados em plataforma WEB	33
5.1.8. Requisito RSEGM8 Utilização de recursos computacionais.....	33
5.1.9. Requisito RSEGM9 Auditoria	33
5.1.10. Requisito RSEGM10 Documentação.....	34
5.2. Requisitos de segurança aplicados ao Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS-2).....	35
5.2.1. Requisito RSEGD 1 – Origem dos Certificados Digitais	35
5.2.2. Requisito RSEGD 2 - Controle de autenticação pelo uso de Certificados Digitais	35



SBIS

6. Requisitos de Estrutura, Conteúdo e Funcionalidades	36
6.1. Requisitos de Estrutura e Conteúdo do RES	37
6.1.1. Requisito REST1 Estrutura do RES	37
6.1.2. Requisito REST2 Dados estruturados	37
6.1.3. Requisito REST3 Dados Administrativos	39
6.1.4. Requisito REST4A Dados clínicos para a Categoria Assistencial	40
6.1.5. Requisito REST4B Dados clínicos para a Categoria SADT	40
6.1.6. Requisito REST4B Dados Clínicos para a Categoria Gestão	41
6.1.7. Requisito REST5 Tipos de dados	42
6.1.8. Requisito REST6 Dados de referência	43
6.1.9. Requisito REST7 Associações	43
6.1.10. Requisito REST8 Representação de conceitos em saúde	43
6.1.11. Requisito REST9 Representação de texto	44
6.2. Requisitos Funcionais do RES	45
6.2.1. Requisito RFUNC1 - Suporte aos processos clínicos	45
6.2.2. Requisito RFUNC2 Problemas / condições de saúde e outras questões	45
6.2.3. Requisito RFUNC3 Raciocínio Clínico	46
6.2.4. Requisito RFUNC4 - Suporte à decisão, protocolos clínicos e alertas	46
6.2.5. Requisito RFUNC5 Planejamento Terapêutico	47
6.2.6. Requisito RFUNC6 Prescrição e processamento de exames	48
6.2.7. Requisito RFUNC7 Assistência integral	48
6.2.8. Requisito RFUNC8 Assistência integral	48
6.2.9. Requisito RFUNC9 Captura de dados	49
6.2.10. Requisito RFUNC10 Recuperação/ consultas e visões	49
6.2.11. Requisito RFUNC11 Apresentação dos dados	49
6.2.12. Requisito RFUNC12 Escalabilidade e Performance	50



FDA

- FDA 21 CFR Part 11
- A – Provisões gerais
 - Escopo
 - Implementação
 - Definições
- B – Documentos/registros eletrônicos
 - Controle para sistemas fechados
 - Controle para sistemas abertos
 - Manifestações de assinaturas
 - Linking de assinaturas/registros
- C – Assinaturas eletrônicas
 - Requisitos gerais
 - Componentes e controles
 - Controle para códigos de identificação e senhas



FDA

- **Escopo**
- Considera registros eletrônicos, assinaturas digitais e manuscritas sobre registros eletrônicos autêntica e equivalente a registros em papéis e assinaturas manuscritas executadas sobre papel
- Igual desde que não especificado em regulamento após 20 agosto 1997
- Todo sistema computadorizado (hardware, software, controles e documentação) deve estar disponível e sujeito a inspeção pelo FDA



FDA

- Implementação
 - Pode-se usar registros eletrônicos ao invés de registros em papel; bem como assinaturas digitais ao invés de assinaturas manuscritas em papel, desde que todos os requisitos sejam preenchidos



FDA

- Subpart B – Registros eletrônicos
- *Pessoas que utilizam sistemas fechados para criar, modificar, manter ou transmitir registros eletrônicos devem empregar procedimentos e controles designados a garantir a **autenticidade**, **integridade** e, quando apropriado, **privacidade** de registros eletrônicos, e a garantir que o signatário **não pode repudiar** o registro assinado como não genuíno.*



FDA

- Subpart B – Registros eletrônicos
- Controles para sistemas fechados
- *Pessoas que utilizam sistemas fechados para criar, modificar, manter ou transmitir registros eletrônicos devem empregar procedimentos e controles designados a garantir a **autenticidade**, **integridade** e, quando apropriado, **privacidade** de registros eletrônicos, e a garantir que o signatário **não pode repudiar** o registro assinado como não genuíno. Tais procedimentos devem incluir:*



FDA

- A até D
- E) Uso de trilhas (logs) geradas por computador, seguras e com carimbo de tempo para gravar, independentemente, o dia e a hora de cada entrada do operador para criar, modificar ou excluir registros eletrônicos.
- Mudanças em registros não devem obscurecer informações previamente guardadas
- F a K



FDA

- Para sistemas abertos
 - Mesmo que o anterior, com a adição de cifragem e uso de assinaturas digitais para garantir a autenticidade, integridade e privacidade



FDA

- Manifestações de assinatura
- Devem conter informações que claramente indiquem:
 - Nome do signatário
 - Data e hora da execução da assinatura
 - Significado associado com a assinatura
- Devem preencher os mesmos requisitos dos registros eletrônicos



FDA

- Demais considerações sobre assinatura



Referências

- **FDA CFR 21 Part 11**
http://www.fda.gov/ora/compliance_ref/part11/FRs/background/pt11finr.pdf
- **Manual de Requisitos de Segurança, Conteúdo e Funcionalidades para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (RES).**
http://www.sbis.org.br/GTCERT_20040219_RT_V2.1.pdf
- **Decreto Lei que estabeleu ON - Observatório Nacional**
http://www.cenadem.com.br/news_tempestividade.php
- **Página do LabSEC - UFSC**
<http://www.labsec.ufsc.br/>
- **BRY - PDDE**
<http://www.bry.com.br/servicos/pdde/testdrive.asp>
- **NCipher – pdfProof, DSE 200, TimeSource Server Clock**
<http://www.ncipher.com/timestamping>
- **Mykotronx - Fortezza**
<http://www.mykotronx.com/products/fortezza/crypto.asp>
- **Verisign - Authentic Document Service**
<http://www.verisign.com/products-services/security-services/code-signing/brew-document-ids/faq.html#01000003>
- **Eracom - ProtecServer Orange™**
<http://www.eracon-tech.com/products/pso/pso.htm>
- **CRN Brasil**
www.resellerweb.com.br/noticias/artigo.asp?id=78056
- **A confiança no uso de documentos eletrônicos como fator crítico para o desenvolvimento das organizações modernas**
www.bry.com.br/painel/palestras/ppt_rolt.ppt